



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 826664/19
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO: AIRTON MOREIRA PINTO, DEBORA DOS ANJOS DANGUI, FABIANO MELO DOS SANTOS, FELIPE FURTADO FERREIRA, GLAUCIO BADUY GALIZE, HENRIQUE RODOLFO THEOBALD, HISSAM HUSSEIN DEHAINI, MARCELO DAMBROSKI, MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, NEILOR DE CARVALHO PAES, THAIS DE ANDRADE FONSECA
ADVOGADO / PROCURADOR: DANIEL FERREIRA, LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, MIGUEL FERREIRA FILHO, SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS
RELATOR: CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

ACÓRDÃO Nº 590/24 - Primeira Câmara

Tomada de Contas Extraordinária. Município de Araucária. Relatório de Auditoria. PAF 2019. Projeto de Obras Paralisadas. Contrato em desacordo com a Lei de Licitações. Gestão contratual insuficiente. Inexistência de Plano de Manutenção. Omissão ou insuficiência de ações para retomada das obras. Inserção inadequada de informações no SIM-AM. Irregularidade. Recomendação ao município. Aplicação de multa administrativa.

1 RELATÓRIO

Trata-se de Tomada de Contas Extraordinária, encaminhada pela Coordenadoria de Obras Públicas (peça 3), com fulcro no contido no Relatório de Auditoria n. 08/2019-COP (peça 5), que noticiou possíveis irregularidades na execução do Contrato n. 005/2017 firmado entre o **MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA** e a empresa **MARCO ANTÔNIO FERRARI RAMOS E CIA LTDA**, cujo objeto era a contratação de empresa de engenharia para construção do Centro Municipal de Educação Infantil -CMEI Jd. Fazenda Velha, conforme condições e especificações constantes do Edital de Concorrência Pública n. 018/2016, no valor de R\$ 1.362.576,72 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Foram apontados cinco Achados:

1. contrato em desacordo com a Lei de Licitações;
2. gestão contratual insuficiente;
3. inexistência de Plano de Manutenção;
4. omissão ou insuficiência de ações para a retomada das obras;
5. inserção inadequada de informações no SIM-AM/OP.

A Tomada de Contas foi proposta em face de HISSAM HUSSEIN DEHAINI, prefeito municipal na gestão 2017-2020; AIRTON MOREIRA PINTO, presidente da comissão permanente de licitação de obras e serviços de engenharia da prefeitura; DÉBORA DOS ANJOS DANGUI, engenheira do município; FABIANO MELO DOS SANTOS, secretário municipal de obras públicas e transporte; HENRIQUE RODOLFO THEOBALD, ex-secretário municipal de educação; MARCELO DAMBROSKI, engenheiro do município; MARCO ANTÔNIO FERRARI RAMOS, representante legal da contratada; NEILOR DE CARVALHO PAES, arquiteto do município; e THAIS DE ANDRADE FONSECA, engenheira do município.

A **Coordenadoria de Obras Públicas**, na Proposta de Tomada de Contas Extraordinária (peça 3), aponta:

1. Relativamente ao **Achado 1**, ausência de cláusula de reajustamento, de cronograma físico-financeiro atualizado e de designação expressa do fiscal de obras, com a devida emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, sendo proposta a aplicação da **multa** do art. 87, IV, *g*, da LC n. 113/2005-TCE/PR a Airon Ferreira Pinto (Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia) e a Henrique Rodolfo Theobald (Secretário Municipal de Educação), bem como a expedição de recomendações ao município;

2. Em relação ao **Achado 2**, detectou-se omissão na aplicação das sanções; celebração de aditivos de prorrogação de prazo sem adequada fundamentação; prorrogação de vigência contratual sem cobertura da garantia; e pagamento de reajustamento sem previsão legal e contratual. Propôs **restituição** solidária ao erário do valor já pago pelo reajuste financeiro de R\$ 47.638,46 por Henrique Rodolfo Theobald e Marco Antônio Ferrari Ramos (representante legal da contratada); aplicação de **multa** do art. 87, IV, *g*, da LC n. 113/2005-TCE/PR a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Henrique Rodolfo Theobald, Fabiano Melo dos Santos (Secretário Municipal de Obras Públicas e Transporte) e Marco Antônio Ramos Ferrari; aplicação de **multa** do art. 89, da LC n. 113/2005-TCE/PR a Henrique Rodolfo Theobald e Marco Antônio Ferrari Ramos; aplicação de **multa** do art. 87, V, c, da LC n. 113/2005-TCE/PR a Debora dos Anjos Danguí (Fiscal do Contrato), Marcelo Dambroski (Fiscal do Contrato), Neilor de Carvalho (Fiscal do Contrato) e Thais de Andrade Fonseca (Fiscal do Contrato); e expedição de determinação ao município.

3. No que concerne ao **Achado 3**, foi constatado que não foram apresentados os documentos que indicassem o controle sobre o desempenho das obras contratadas e recebidas, no que se refere ao Plano de Manutenção e, por consequência, ao acompanhamento da Garantia Quinquenal. Como consequência, a COP sugere a expedição de determinações ao município.

4. Referente ao **Achado 4**, que aponta a omissão ou insuficiência de ações para a retomada das obras, a COP sugere a **restituição** do valor já pago pela Obra Foco de R\$ 758.986,77 pelos responsáveis pela paralisação ou retomada das obras, ou seja, Hissam Hussein Dehaini (Prefeito municipal de 2017-2020); aplicação da **multa** do art. 87, IV, g, e do art. 89, da LC n. 113/2005-TCE/PR; e a expedição de determinações ao município.

5. No que toca ao **Achado 5**, que trata da inserção inadequada de informações no SIM-AM, a COP propõe a expedição de determinação ao município.

O então Conselheiro relator Artagão de Mattos Leão, no Despacho n. 1840/19 (peça 18), admite a presente Tomada de Contas Extraordinária e determina a citação dos interessados.

Os contraditórios são apresentados por: Fabiano Melo dos Santos na peça 40; Marco Antônio Ferrari Ramos na peça 42; Neilor de Carvalho Paes na peça 58; Débora dos Anjos Danguí na peça 60; Henrique Rodolfo Theobald na peça 75; e, Airton Moreira Pinto na peça 79; Marcelo Dambroski na peça 88; Thais de Andrade Fonseca na peça 90; e pelo município de Araucária e seu Prefeito na peça 93; Glaucio Baduy Galize, o qual apresenta seu contraditório na peça 119.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução n. 3867/21 (peça 132), entende apropriado oficial a Administração para que aponte o agente responsável pela elaboração do parecer jurídico que possibilitou a instauração e o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

prosseguimento do processo licitatório n. 9614/2016 (Concorrência Pública n. 18/2016).

O então Conselheiro Relator acata a sugestão da CGM através do Despacho n. 1329/21 (peça 133), para que município apresente a informação requisitada.

A municipalidade informa que o Parecer Jurídico n. 712/2016 (peças 140 e 141) foi prolatado pelo Procurador Felipe Furtado Ferreira em 29/09/2016.

Desta forma, determinei, através do Despacho n. 726/23 (peça 145), a citação do procurador do município Felipe Furtado Ferreira, o qual apresentou contraditório na peça 151.

A **Coordenadoria de Gestão Municipal**, na Instrução n. 487023 (peça 156), opina, conclusivamente, pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Tomada de Contas e pela irregularidade das contas, de responsabilidade de HISSAM HUSSEIN DEHAINI, prefeito municipal, HENRIQUE RODOLFO THEOBALD, Secretário Municipal de Educação, e FELIPE FURTADO FERREIRA, Procurador do Município, em razão dos Achados 1, 3 e 4, com aplicação das seguintes sanções:

i. multa administrativa prevista no art. 87, IV, “g” da Lei Complementar nº 113/2005 ao Sr. HENRIQUE RODOLFO THEOBALD, Secretário Municipal de Educação, quanto ao **Achado 1**;

ii. multa administrativa prevista no art. 87, IV, “g” da Lei Complementar nº 113/2005 ao FELIPE FURTADO FERREIRA, Procurador do Município, quanto ao **Achado 1**;

iii. determinação ao Município de Araucária, sob a responsabilidade do Sr. HISSAM HUSSEIN DEHAINI, atual gestor, em decorrência dos achados de auditoria para a elaboração de procedimentos formais a seguir indicados:

a) elaboração dos planos de manutenção para as edificações públicas municipais e efetiva aplicação das medidas previstas nesses documentos (**Achado 3**);

b) elaboração de rotinas e procedimentos para acompanhamento da garantia quinzenal e efetivo acompanhamento da qualidade das obras entregues ao longo do prazo de garantia (**Achado 3**);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

c) adoção de procedimento específico para o acompanhamento das situações das obras no município, de modo que haja consolidação das informações atualizadas das obras, tais como: execução física, atendimento ao cronograma, prazos de execução e vigência, validade da garantia contratual etc. **(Achado 4)**;

iv. determinação de encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 08/2019 (Anexo 2, peça n.º 5), após o trânsito em julgado, à Câmara de Vereadores do Município e ao Ministério Público Estadual para conhecimento e adoção das medidas que entenderem necessárias.

O **Ministério Público de Contas**, no Parecer n. 1022/23-5PC (peça 157), da lavra do Procurador Michel Richard Reiner, corrobora o opinativo técnico quanto à ausência da prescrição ressarcitória e sancionatória em relação à Felipe Furtado Ferreira, sugerindo a PARCIAL PROCEDÊNCIA da presente Tomada de Contas Extraordinária, com aplicação de multas administrativas e expedição de determinações, na forma da instrução.

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO

Corroboro com os Pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, pela irregularidade das contas em relação aos Achados 1, 3 e 4, com aplicação de multas e determinações.

2.1 ACHADO 1

No que concerne ao Achado 1, resta constatada a ausência de cláusula que trate do ajuste financeiro no Contrato n. 005/2017.

A Cláusula quarta define uma data esperada para a execução e entrega da obra, e a Cláusula sétima remete a possibilidade de haver prorrogação de prazo de execução aos termos dos arts. 57 e 65 da Lei n. 8.666/93. Todavia, inexistente cláusula que disponha acerca do reajuste financeiro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

No § 1º do art. 57 do mesmo diploma consta a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração nos casos em que há dilação do prazo de execução:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Por sua vez, o art. 55 da Lei 8.666/93 lista quais cláusulas são obrigatórias em contratos celebrados pelo Poder Público, dentre as quais encontra-se aquela que prevê o reajuste de preços no transcorrer do tempo:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo o contrato as que estabeleçam:

I – o objeto e seus elementos característicos;

II – o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

monetárias entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
IV – o prazo de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
V – o critério pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
VI – as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
VII – os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
VIII – os casos de rescisão;
IX – o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta lei;
X – as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XII – a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
XIII – a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Deste modo, a legislação exige a presença de cláusula que preveja como ocorrerá a correção de valores se houver necessidade de elastecer o prazo de execução da obra. Tal previsão é inexistente no contrato em tela, da mesma forma é ausente a designação formal do gestor do contrato.

Inexiste, ainda, a designação formal do agente de fiscalização dos serviços, o que viola o art. 67 da Lei n. 8.656/93:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo de informações pertinentes a essa atribuição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

A obrigatoriedade de fiscalização por parte da Administração é latente, conforme bem aponta a jurisprudência do TCU:

A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já se encontrar encobertos. (TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário)

Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93. (Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara)

No caso em tela, em que pese no Ofício n. 3349/2016 (o qual traz o pedido de licitação) se designe a engenheira civil Débora dos Anjos Dangui como fiscal do contrato, as Anotações de Registros de Responsabilidade Técnica foram emitidas pela engenheira civil Thais de Andrade Fonseca e pelo arquiteto Neilor de Carvalho Paes. Posteriormente, as notificações e advertências foram emitidas pelo engenheiro civil Marcelo Dambroski, de modo que há uma confusão quanto ao profissional responsável, não ficando clara sua designação.

Necessário frisar que a responsável designada não emitiu ART, documento imprescindível para viabilizar o rastreio da responsabilização do profissional.

À Hissan Hussein Dehaini, prefeito nos exercícios de 2017-2020, não existe sugestão de sanção relativa ao Achado 1. No que concerne às determinações¹ sugeridas pelos auditores, ele explica em sua defesa que os novos contratos celebrados pelo município trazem habitualmente cláusula que trata de reajustamento de valores, bem como que publicou o Decreto Municipal n.

¹ i) de elaboração de minuta padrão de contratos de obras de engenharia baseando-se nas exigências legais vigentes, com o amparo de assessoria jurídica; e, ii) de padronização dos procedimentos de designação de fiscal e gestor do contrato, mediante ato do executivo municipal, em concordância com a legislação vigente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

33.130/2019 para padronizar a designação formal de gestores e fiscais de contratos e seus substitutos.

Assim, tendo as determinações já sido acolhidas pelo interessado, resta satisfeita a obrigação prenotada pela equipe de auditoria.

Por sua vez, Airton Moreira Pinto (Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia) alega que as irregularidades apontadas possuem natureza jurídica e, portanto, seria responsabilidade do órgão jurídico do município apontá-las.

De fato, as irregularidades apontadas no Achado 1 são de natureza jurídica, sendo que apontá-las não é atribuição da Comissão de Licitações, as quais se encontram estipuladas no art. 6º, XVI, da Lei n. 8.666/93. Assim, a responsabilidade é do Advogado que prolatou o Parecer jurídico que possibilitou a instauração e o prosseguimento do Processo Licitatório de Concorrência Pública n. 9614/2016.

Como devidamente demonstrado pela municipalidade na peça 140, o Parecer Jurídico n. 712/2016 foi prolatado em 29/09/2016 pelo Procurador Felipe Furtado Ferreira, responsável a quem cabe a imputação de multa administrativa.

Desde logo cumpre pontuar a inexistência de prescrição relativamente a referido Procurador, uma vez que a sua citação ocorreu em 15/03/2023 e instauração da presente Tomada de Contas se deu em 17/12/2019, sendo que o Prejulgado 26 determina que “a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, retroagirá à data de instauração do processo (efeito *ex nunc*)”.

Quanto ao mérito, entendo necessária a presença de cláusula de reajuste em contratos administrativos, primeiramente por ser esta uma exigência legal, e em segundo lugar por se configurar como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual, que é “a relação (de fato) existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente”².

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 18 ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019. p. 1286.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

O art. 3º da Lei n. 10.192/2001, consolida a obrigatoriedade do reajuste em contratos:

Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitam, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

A exigência também se encontra prevista no art. 55, da Lei n. 8.666/93 e as decisões do TCU bem elucidam o entendimento acerca da necessidade de inclusão de cláusula de reajuste em contratos administrativos:

O estabelecimento do critério de reajuste de preços, tanto no edital quanto no contrato, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, ainda que a vigência contratual prevista não supere doze meses. Entretanto, eventual ausência de cláusula de reajuste de preços não constitui impedimento ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sob pena de ofensa à garantia inserta no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como de enriquecimento ilícito do erário e consequente violação ao princípio da boa-fé objetiva. (Acórdão 7184/2018-Segunda Câmara, relator: Augusto Nardes).

O mero descolamento do índice de reajuste contratual dos preços efetivamente praticados no mercado não é suficiente, por si só, para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro fundado no artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993, devendo estar presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual (teoria da imprevisão). (Acórdão 4072/2020-Plenário, relator: Bruno Dantas).

Observa-se das decisões retro transcritas que, mesmo contratos com vigência inferior a 12 meses, devem prever cláusula de reajuste.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Inclusive, a nova Lei de Licitações – Lei n. 14.133/2021, ora em vigor, trouxe expressamente tal necessidade, insculpida em seu art. 25, § 7. Desta feita, resta consagrada a responsabilidade do Procurador jurídico Felipe Furtado Ferreira ao prolatar Parecer n. 712/2016 autorizando a assinatura do contrato mesmo despido de cláusula que previsse o reajuste.

Outrossim, o relato de Henrique Rodolfo Theobald confirma a confusão existente no que toca à indicação oficial de fiscal da obra, tendo sido a fiscalização realizada por diferentes servidores, denotando a despreocupação em se formalizar a responsabilidade, de modo que a irregularidade resta configurada, sendo responsável o então Secretário de Educação do município, Henrique Rodolfo Theobald, a quem cabe a imputação de multa administrativa.

2.2 ACHADO 2

No que toca ao Achado 2, a Auditoria deflagra que: i) não foram aplicadas à empresa as sanções previstas em contrato decorrentes do atraso na conclusão da obra; ii) foi celebrado aditivo de prorrogação de prazo sem a necessária fundamentação; iii) formalizaram a prorrogação de vigência contratual sem cobertura da garantia; e, iv) foi pago o reajustamento de preço sem a correspondente previsão legal e contratual. Como consequência do pagamento indevido, propõe o ressarcimento do valor aos cofres públicos.

Em que pese o § 1º, da Cláusula sexta do contrato contemplasse previsão de sanção caso a obra não fosse finalizada dentro do prazo contratado de 10 meses, dois anos após o início dos serviços, ela contava apenas com 55,7% do seu marco físico e monetário.

Ainda assim, os gestores não tomaram qualquer providência para apurar a responsabilidade de quem deu causa ao atraso ou paralização da obra. A sanção somente foi aplicada em 30/07/2019, quando o município foi cientificado de condenação judicial, com trânsito em julgado, por ato de improbidade administrativa praticado por Marco Antônio Ferrari Ramos, sócio majoritário da empresa Matorf Construtora de Obras Ltda, momento em que o contrato foi rescindido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Deste modo, maculou-se o art. 86, da Lei n. 8.666/93, segundo o qual “o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato”.

Ademais, o Parecer Técnico que viabilizou a celebração do Termo Aditivo n. 133/2017 encontra-se despidido de fundamentação factual e legal, sendo que não foi realizada a prorrogação da garantia contratual, tampouco a atualização do cronograma físico-financeiro da obra. Assim, a Auditoria entende ter ocorrido o indevido pagamento do valor previsto no referido aditivo, uma vez que oriundo de reajuste não previsto em contrato.

Quanto à Hissan Hussein Dehaini, a COP sugere tão somente expedição de determinação para que ele aplicasse a Cláusula Sexta do contrato, imputando multa à empresa pelo fato dela ter dado causa à rescisão contratual.

Nas peças 91 a 105, Hussein Dehaini alega que respeitou o contrato, uma vez que na Portaria n. 46.484/2019 consta, para a empresa contratada, a aplicação de multa de 5% sobre o preço total dos serviços /contratos (Lei nº 8.666/1993, art. 87, inc. II) e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de 2 anos.

Tal multa não decorre do atraso na execução da obra, mas sim da rescisão do contrato, que, conforme já explicado anteriormente, decorre de uma determinação judicial, de modo que resta atendida a determinação sugerida pela Auditoria.

O gestor alega, ainda, que a prorrogação do prazo contratual é resultante da ausência de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme Justifica Técnica n. 031/2017 (colacionada quando a garantia contratual ainda estava vigente), sendo que a prorrogação do prazo culminou no reajuste de preços, em razão do transcurso do prazo de 12 meses da proposta.

A informação de que a diminuição no ritmo da execução da obra decorreu do não repasse de valores pelo Governo Federal pode ser constatada com documentos constantes da peça 45 e 50, pelo que se justifica a não aplicação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

sanções decorrentes do atraso da obra, pois não se pode exigir que a empresa arque com o custo integralmente sem que haja contrapartida da Administração.

Assim, não pode se penalizar o então Prefeito, uma vez que ele aplicou corretamente a sanção no momento em que houve a rescisão contratual.

Em outro vértice, Henrique Rodolfo Theobald, então Secretário Municipal de Educação, em sua defesa alega que não se omitiu em aplicar sanções pois “não foi feito o repasse da União para o custeio das despesas no tempo previsto em contrato”. Aponta que o atraso levou a contratada a requerer um reajuste contratual e um reequilíbrio de preços, sendo que o primeiro foi concedido e o segundo não o foi, com o devido acompanhamento de Parecer Jurídico e Parecer Final da Controladoria Geral do Município.

Marco Antonio Ferrari Ramos, Representante legal da contratada, pela mesma razão acima delineada não merece ter-lhe aplicada qualquer sanção, já que não foi ele quem deu razão ao atraso na execução da obra.

O mesmo raciocínio vale para Debora dos Anjos Danguí (Fiscal do Contrato), Marcelo Dambroski (Fiscal do Contrato), Neilor de Carvalho Paes (Fiscal do Contrato), Thais de Andrade Fonseca (Fiscal do Contrato) e Fabiano Melo dos Santos (Secretário Municipal de Obras Públicas e Transportes).

2.3 ACHADO 3

No que concerne ao Achado 3, a Auditoria aponta que não encontrou qualquer documento relativo ao controle e registro de informações referentes ao desempenho da obra contratada e recebida, sendo que eventual constatação de falha permitiria o acionamento da Garantia Quinquenal, bem como dos responsáveis pelos vícios construtivos. Ou seja, a ausência de registro impossibilitou o acionamento dos responsáveis.

Do constante dos autos é possível constatar que o município não tem um procedimento sistematizado de controle e acompanhamento do desempenho da obra contratada e recebida, de modo que movimentos voltados a correção de vícios ficam na dependência dos usuários em cada caso..



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Assim, acompanhando a instrução, entendo que se faz necessária a expedição de DETERMINAÇÃO ao município, na pessoa do atual prefeito, para que realize a elaboração: i) dos planos de manutenção para as edificações públicas municipais e efetiva aplicação das medidas previstas nesses documentos; e, ii) de rotinas e procedimentos para acompanhamento da garantia quinquenal e efetivo acompanhamento da qualidade das obras entregues ao longo do prazo de garantia. Tais providências devem ser monitoradas por esta Corte de Contas até serem efetivamente implementadas.

2.4 ACHADO 4

No que concerne ao Achado 4, a Auditoria revela a identificação de quatro obras paralisadas na época da inspeção *in loco*, com início da execução entre os anos de 2011 a 2017, quais sejam: i) CMEI - Escola Proinfância C – FNDE; ii) Estádio do Jd. Tupy; iii) Quadra Poliesportiva – Jd. Plínio; e, iv) CMEI Jardim Dona Rosa.

Afirma a auditoria que a expressiva quantidade de obras nessa condição, bem como o resultado da análise do Contrato n. 005/2017 revelam que existiu omissão dos gestores responsáveis nas ações de retomada. Ademais, o aditivo emitido na sequência, desprovido de fundamentação, protelou por prazo demasiadamente longo a entrega das obras.

Hissam Hussein Dehaini alega em sua defesa que: i) todas as obras mencionadas foram retomadas em seu devido tempo; ii) a Escola Proinfância C – FNDE – CMEI encontra-se concluída, sendo que a assinatura do contrato para a retomada da construção se deu em 05/07/2019; iii) a obra do Estádio do Jd. Tupy foi retomada e encontra-se em evolução, com 33% do marco físico atingido em 11/11/2020, de modo a revelar que a obra está em evolução; iv) a Quadra Poliesportiva junto ao Jardim Plínio encontra-se concluída conforme ofício datado de 8/10/2019 (peça 99); v) a obra do CMEI Jardim Dona Rosa -LOTE 02 encontra-se em andamento, sendo que a medição realizada em 01/11/2020 revela que 95% do seu marco físico fora atingido, de modo que a obra está em evolução.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Assim, estando as obras concluídas ou em evolução, atendendo sua finalidade pública, entendo que remanesce a necessidade de imposição de determinação para que o município elabore procedimento formal que viabilize o acompanhamento do andamento de cada uma das obras realizadas no local, devendo ser monitorado por este Tribunal até que seja implementado.

2.5 ACHADO 5

No que concerne ao Achado 5, a Auditoria detectou falha na alimentação dos dados do Sistema SIM-AM/OP deste Tribunal, pois ele apontava que 29 Intervenções se encontravam paralisadas, sendo que na inspeção *in loco* identificou-se que 6 delas estavam cadastradas em duplicidade e, das 23 obras efetivas, apenas 4 estavam de fato paralisadas.

Hissam Hussein Dehaini alega que o servidor responsável pelo lançamento das informações no sistema SIM-AM/OP já realizou os ajustes nos registros que possuíam inadequações, conforme informação da Secretaria de Obras.

Vislumbro que as correções de informações junto ao sistema SIM-AM/OP envolviam 4 obras consideradas paralisadas, sendo que a situação formal delas já foi esclarecida no item 2.4, estando o sistema em consonância com a real situação das obras.

Deste modo, resta satisfeita a obrigação apontada no Achado 5, de modo que não há que se falar em aplicação de sanção ao gestor responsável.

3 VOTO

Diante do exposto, **VOTO** pela IRREGULARIDADE das contas tomadas extraordinariamente, com as seguintes sanções:

i. Referente ao **Achado 1**, aplicação da **multa** do art. 87, IV, *g*, da LC n. 113/05 a FELIPE FURTADO FERREIRA (então Procurador do Município responsável pela elaboração do Parecer Jurídico n. 712/2016);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- ii. Referente ao **Achado 1**, aplicação da **multa** do art. 87, IV, *g*, da LC n. 113/05 a HENRIQUE RODOLFO THEOBALD (então Secretário Municipal de Educação);
- iii. Referente ao **Achado 3**, expedição de **determinação** ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, na pessoa de seu atual gestor responsável, para que providencie a elaboração dos planos de manutenção para as edificações públicas municipais e efetiva aplicação das medidas previstas nesses documentos;
- iv. Referente ao **Achado 3**, expedição de **determinação** ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, na pessoa de seu atual gestor responsável, para que providencie a elaboração de rotinas e procedimentos para acompanhamento da garantia quinquenal e efetivo acompanhamento da qualidade das obras entregues ao longo do prazo de garantia;
- v. Referente ao **Achado 4**, expedição de **determinação** ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, na pessoa de seu atual gestor responsável, para que promova a adoção de procedimento específico para o acompanhamento das situações das obras no município, de modo que haja consolidação das informações atualizadas das obras, tais como: execução física, atendimento ao cronograma, prazos de execução e vigência, validade da garantia contratual etc.

Determino, ainda, o encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 08/2019 (Anexo 2), após o trânsito em julgado, à Câmara de Vereadores do Município, ao Ministério Público Estadual, para conhecimento e adoção das medidas que entenderem necessárias.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para registro e demais providências.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro **MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA**, por unanimidade, em:

I – Julgar **irregulares** as contas tomadas extraordinariamente, com as seguintes sanções:

(i) **achado 1**, aplicação da **multa** do art. 87, IV, g, da LC n. 113/05 a FELIPE FURTADO FERREIRA (então Procurador do Município responsável pela elaboração do Parecer Jurídico n. 712/2016);

(ii) **achado 1**, aplicação da **multa** do art. 87, IV, g, da LC n. 113/05 a HENRIQUE RODOLFO THEOBALD (então Secretário Municipal de Educação);

(iii) **achado 3**, expedição de **determinação** ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, na pessoa de seu atual gestor responsável, para que providencie a elaboração dos planos de manutenção para as edificações públicas municipais e efetiva aplicação das medidas previstas nesses documentos;

(iv) **achado 3**, expedição de **determinação** ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, na pessoa de seu atual gestor responsável, para que providencie a elaboração de rotinas e procedimentos para acompanhamento da garantia quinquenal e efetivo acompanhamento da qualidade das obras entregues ao longo do prazo de garantia;

(v) **achado 4**, expedição de **determinação** ao MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, na pessoa de seu atual gestor responsável, para que promova a adoção de procedimento específico para o acompanhamento das situações das obras no município, de modo que haja consolidação das informações atualizadas das obras, tais como: execução física, atendimento ao cronograma, prazos de execução e vigência, validade da garantia contratual etc.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

II – **determinar** o encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 08/2019 (Anexo 2), à Câmara de Vereadores do Município, ao Ministério Público Estadual, para conhecimento e adoção das medidas que entenderem necessárias;

III – determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para registro e demais providências.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES e MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ELIZA ANA ZENEDIN KONDO LANGNER.

Plenário Virtual, 7 de março de 2024 – Sessão Ordinária Virtual nº 3.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente